

Compras crescem 120% sem a 'taxa das blusinhas'

Fecomércio-RS aborda futuro da MP que isenta a importação

/ MINUTO VAREJO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

O varejo brasileiro, e principalmente o de vestuário, corre contra o tempo. E tempo é dinheiro. No Brasil, o fluxo de valores que estão deixando de entrar no caixa das varejistas para ir ao exterior pagando compras isentas ou com menor tributação, no que se popularizou como "taxa das blusinhas", só aumenta. Como contraponto, entidades, indústria e lojistas querem isonomia. Se tem isenção que beneficia grandes marketplaces de fora, tem de ter para compras internamente. Os setores cobram isonomia. Em maio e junho, as compras pelo Programa Remessa Conforme avançaram 121%, somando mais de R\$ 400 milhões em dois meses de volta da isenção, destacou o diretor-executivo do Instituto Fecomércio-RS de Pesquisa (IFEP), Lucas Schifino, para dar um cenário de como está a situação. "O comércio em geral está crescendo 8% nominais. O faturamento com essas compras já chega a 14% do que o varejo fatura no Brasil", arremata Schifino.

O Fecomércio Debates tratou do tema nesta segunda-feira, com varejistas de redes de moda e representante do Congresso. "Defendemos igualdade de condições", reforçou Luiz Carlos Bohn, presidente da Fecomércio-RS, lembrando que não se trata de aumento de



Schifino (esq) mostrou a evolução das compras importadas

impostos, mas "condições equilibradas de concorrência entre empresas brasileiras e plataformas estrangeiras".

A vantagem pode continuar, se a Medida Provisória 1357/2026, que repôs a condição fiscal virar lei, o que entra na pauta em começo de setembro no Congresso Nacional. "A gente torce para que não seja aprovada e vire lei. Isso vai prejudicar a nossa rede e outros negócios pelas vantagens de fazer compras internacionais", preocupa-se o dono da rede de moda Rabusch, Alcides Debus, que conseguiu superar o processo de recuperação judicial, já levantado, e agora sofre a concorrência de itens das plataformas online.

"O governo botou em promoção as taxas", provoca o varejista. Debus se refere à faixa de valores além de US\$ 50,00 (cerca de R\$

515,00), que têm isenção de tarifa de importação. O executivo de relações institucionais e assuntos governamentais da Lojas Renner, maior varejista de moda do Brasil, Allan Grabarz, citou que a isenção, "que era para ser um estímulo", acabou criando dificuldade de competição, além do segmento de vestuário. "Não é a intenção de colocar imposto para a população. O objetivo é a isonomia", indicou Grabarz. A deputada federal Any Ortiz (PP-RS) aposta que o caminho seja compensar o tributo para o consumidor que adquirir produtos de empresas do Brasil. A proposta, que está na Câmara, segue a ideia da isonomia, com duas frentes: a pessoa ter crédito do imposto que está ligado a mercadorias nacionais ou receber cashback, que é devolução, em compras até R\$ 250,00.

Selic no fim de 2026 segue em 13,75%, projeta BC

/ CONJUNTURA

A mediana do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2026 seguiu em 13,75% nesta segunda-feira pela terceira semana seguida. Há um mês, era de 14%. A estimativa intermediária do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2027 continuou em 12,00% pela 10ª semana seguida. Levando em conta apenas as 71 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana continuou em 12,25%.

No início de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu a Selic em mais 0,25 ponto percentual, de 14,25% para

14% ao ano. Foi o quarto corte consecutivo. Os juros já caíram um ponto porcentual desde março, quando o BC começou um "ciclo de calibração" da política monetária, em meio às incertezas sobre os impactos da guerra do Irã sobre a cadeia global de suprimentos, os preços de commodities e a própria inflação.

"O cenário atual, caracterizado por significativo aumento da incerteza, desancoragem das expectativas e riscos elevados em torno do cenário base, demanda serenidade e cautela na condução da política monetária. O Comitê seguirá incorporando novas informações

e acompanhando a evolução do cenário de forma a manter a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta", afirmou o colegiado na ata da reunião. A mediana do mercado para a Selic no fim de 2028 seguiu em 10,50% pela oitava semana seguida. A estimativa para 2029 continuou em 10,00% pela 16ª semana consecutiva.

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2026 permaneceu em 5,02% pela segunda semana consecutiva. O número está 0,52 ponto porcentual acima da meta perseguida pelo Banco Central, de 4,50%.

Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

Os rumos do seguro com a nova legislação

Crédito: André Bresolin

Com sete meses de implantação, a nova Lei do Seguro vai sendo absorvida no cotidiano pelas seguradoras, corretores e consumidores. O tema ganhou espaço e abriu a oportunidade para a realização de eventos, como o Café da Manhã do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul, no dia 30 de julho, em Porto Alegre. Na ocasião, a professora da Escola Paulista de Direito, Angélica Carlini, falou sobre as oportunidades que o regramento está disponibilizando.



Angélica Carlini: "A norma busca uma proteção maior e mais efetiva para o consumidor"

- O que a nova legislação trouxe de positivo?

A primeira coisa que enxergo como positiva foi que ela trouxe o debate sobre contrato de seguro para o centro do interesse da sociedade em geral. A norma busca uma proteção maior e mais efetiva para o consumidor, determinando inclusive que toda a interpretação das cláusulas contratuais deverá estar em conformidade com a boa fé e da forma mais favorável com a parte que não construiu o contrato, que é o consumidor.

- É preciso mais do que uma nova lei?

Necessitamos não somente de lei, mas também de educação financeira na sociedade brasileira. As pessoas precisam entender onde o seguro entra na vida delas.

- Por que a Lei do Seguro levou 20 anos para ser aprovada no Congresso Nacional?

Essa é a tradição brasileira para todas as leis. O projeto do Código Civil foi construído em 1969, apresentado em 1970, aprovado em 2001 e entrou em vigor em 2002. Talvez fosse o fato de perguntarmos aos parlamentares por que levar tanto tempo para aprovar uma lei. Outro exemplo. A atualização do Código Penal, que é de 1940. Existem uns 50 projetos para aprimorar o CP que estão parados no Congresso. Também é importante lembrar que cada vez que um deputado propõe uma lei e, chegando ao final do mandato, caso não se candidate ou não se reeleja, aquela proposta é arquivada. Isso é um atraso e determina os prejuízos causados pelo chamado custo Brasil. E foi justamente o que ocorreu com o projeto do Marco Legal do Seguro que foi apresentado em 2004 pelo então deputado federal José Eduardo Cardozo.

- Quais os pontos que a senhora destaca neste novo regramento?

A lei traz algumas clarezas, como a fixação de prazos para a regulação e liquidação de sinistros. Por outro lado, eu tenho uma tristeza muito grande neste regramento, que foi a não separação do que são os contratos de consumo dos contratos de insumo. Não podemos tratar o consumidor da mesma forma que as grandes empresas. No Brasil, tínhamos clareza sobre isso no Código de Defesa do Consumidor. Se você comprou um seguro e é consumidor, estava protegido no CDC. Se comprou um seguro e não é consumidor, estava dentro do Código Civil. Agora não sabemos o que pode acontecer. A depender da interpretação, poderá o Judiciário conceder a uma grande empresa a mesma proteção que concede a um consumidor.

Proteção começa sempre com **informação.**

Siga o SINDSEGRS nas redes sociais para conhecer tudo sobre o Mercado Segurador, de forma didática e envolvente.

Sindsegrs 130